

ACEF/2122/0509627 — Relatório final da CAE

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.

Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Sofia Miguens
João Constâncio
Edmundo Manuel P. Balsemão Pires
Pirmin Stekeler-Weithofer
João Almeida Gouveia

1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Universidade Católica Portuguesa

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Faculdade De Filosofia E Ciências Sociais (UCP)

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Filosofia

1.4. Grau:

Mestre

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5. _Diario Republica - Mestrado em Filosofia 2019_compressed-1.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Filosofia

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

226

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

--

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

--

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

120

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

Quatro Semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

25

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

Não se aplica.

1.11. Condições específicas de ingresso.

A admissão é regida pelo Art.º 8 do Regulamento Geral dos Cursos de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais:

Podem ser admitidos:

- os titulares de uma licenciatura ou de outro título legalmente equivalente;
- os titulares de um grau académico superior estrangeiro, conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este processo;
- os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de Licenciado pelo Conselho Científico da Faculdade;
- os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional reconhecido pelo Conselho Científico da Faculdade como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos.

1.12. Regime de funcionamento.

Outros

1.12.1. Outro:

b-learning. Os encontros presenciais são às Sextas Feiras

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

2. Corpo docente

Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Sim

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Em parte

2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O corpo docente que atua neste ciclo de estudos é constituído por 9 doutorados, entre os quais 1 é Professor Catedrático, 2 Associados, 5 Auxiliares e 1 Investigador. O Professor Catedrático é da área da Teologia e integrado num centro de investigação de Teologia e estudos da religião. Os docentes têm o perfil adequado para lecionar neste curso, mas considera-se vantajosa a evolução no sentido de um maior equilíbrio entre categorias, nomeadamente no que se refere ao incremento desejável do

número de Professores Associados. Da leitura dos Currícula dos professores é possível concluir pela adequação da maior parte dos seus trabalhos às especialidades dos ramos em que o mestrado se subdivide.

2.6.2. Pontos fortes

1. O número de docentes envolvido na lecionação e o âmbito temático da maior parte das suas publicações são considerados apropriados a este ciclo de estudos.
2. Integrando um número razoável de jovens professores e um investigador, é de esperar uma evolução positiva, no futuro próximo, no que concerne à relação investigação-docência focada nos temas dos ramos do curso.

2.6.3. Recomendações de melhoria

É desejável um incremento no número de professores associados, mediante abertura de concursos, de forma a dar satisfação à proporcionalidade almejada nos diplomas legais, compensar saídas por jubilações e garantir a senioridade necessária à prossecução de uma política de publicações altamente especializadas.

3. Pessoal não-docente

Perguntas 3.1. a 3.3.

3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Em parte

3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

3.4.1. Apreciação global

O pessoal não-docente que presta serviço na Faculdade nos diversos serviços adstritos ao curso é em número suficiente (27 funcionários) e possui as qualificações académicas adequadas às funções desempenhadas. Entre estes funcionários contam-se pessoas dedicadas em exclusividade às tarefas administrativas de apoio, o que pode ser uma garantia de desempenho eficaz.

3.4.2. Pontos fortes

A exclusividade no desempenho de funções administrativas por parte de alguns funcionários é uma indicação de que a capacidade administrativa da faculdade posta ao serviço do curso terá continuidade.

3.4.3. Recomendações de melhoria

N/a

4. Estudantes

Pergunta 4.1.

4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Em parte

4.2. Apreciação global do corpo discente

4.2.1. Apreciação global

O número de estudantes que demandam este ciclo de estudos é estável nos últimos 3 anos, se a evolução for observada no prisma dos candidatos (6, 8 e 6 para penúltimo, último e corrente ano, respetivamente). O número de colocados (5, 7 e 3 para penúltimo, último e corrente ano, respetivamente) e inscritos (5, 7 e 3) apresenta uma variação diferente, claramente em queda. No presente ano, o curso conta com apenas 3 alunos para 7 no último ano e 5 no penúltimo. Esta evolução é muito preocupante e não é uma comparação mais alargada em termos temporais que permite tirar conclusões diferentes, como a direção de curso também salienta. A nota média de entrada dos estudantes apresenta também uma variação em queda, embora não muito acentuada.

4.2.2. Pontos fortes

A capacidade de o curso poder contar com estudantes provenientes da Companhia de Jesus e a oferta de um ramo especializado em Filosofia da Religião são dois aspetos a ter em conta na atração de público potencial, por constituírem contributos originais na lecionação da Filosofia em Portugal ao nível do Mestrado.

4.2.3. Recomendações de melhoria

1. Devem procurar-se mecanismos de divulgação mais eficazes da oferta formativa não só no nosso país como em outras regiões em que há falantes da língua portuguesa.
2. A direção de curso e a faculdade devem envidar esforços no sentido de aproveitar as redes internacionais referidas no relatório de autoavaliação (em 6.3.2.) como a Kircher Network, a IAJU, SACRU, FIUC e EFCU para divulgar o curso e estimular a vinda de estudantes internacionais.
3. Na perspetiva de uma maior internacionalização do curso, deve equacionar-se a lecionação em língua inglesa, se o público-alvo a atrair tiver competências linguísticas compatíveis e se for razoável antecipar um real incremento da procura. Esta equação deve realizar-se no quadro das redes internacionais já existentes.

5. Resultados académicos

Perguntas 5.1. e 5.2.

5.1. Sucesso escolar

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

5.2. Empregabilidade

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Não

5.3. Apreciação global dos resultados académicos

5.3.1. Apreciação global

De acordo com a informação disponibilizada no relatório de autoavaliação (em 6.1.1. e 6.4.), o número de graduados é de 1/1/1 nos três últimos anos. Estes dados significam que para o universo dos poucos alunos inscritos a eficiência formativa se pode considerar normal. Adicionalmente, é a direção de curso a indicar o seguinte: nenhum dos alunos inscritos completou o ciclo de estudos no tempo previsto; nenhum dos alunos no ramo de “Estética e Teoria das Artes” terminou; os restantes alunos que completaram o ciclo fizeram-no nos outros dois ramos. Há pouca informação sobre como funciona concretamente o seminário de orientação que está implementado durante o 2º ano e que nível de eficácia possui o acompanhamento tutorial. Presume-se que as reuniões entre os orientadores e os alunos ocorram com alguma regularidade, mas seria importante conhecer com mais detalhe essas modalidades de forma a retirar conclusões razoáveis sobre o que possa estar a falhar.

5.3.2. Pontos fortes

1. O curso tem um número reduzido de alunos o que permite um ensino de grande proximidade, mais característico da orientação tutorial do que de aulas convencionais.
2. O aproveitamento escolar nas unidades curriculares do curso é positivo, sendo as classificações elevadas.

5.3.3. Recomendações de melhoria

1. Relativamente aos atrasos na conclusão das dissertações, é recomendável a implementação de um modelo de orientação no 2º ano do curso mais responsabilizador para os alunos, nomeadamente através dos seguintes mecanismos: i) apresentação de um projeto de dissertação pelos alunos por ocasião da escolha do orientador, com divisões em capítulos, e respetiva discussão prévia; ii) agendamento mais rígido dos trabalhos com objetivos e metas para apresentação de resultados parcelares; iii) monitorização contínua e avaliação periódica dos progressos (por exemplo, mensalmente); iv) ao longo do 2º ano, a direção de curso pode realizar duas reuniões de balanço envolvendo todos os alunos do curso, em que se pedem aos alunos relatórios sobre os progressos alcançados. Algumas das propostas vão ao encontro das sublíneas do ponto 8.2.1. da análise SWOT do relatório de autoavaliação da direção do curso.
2. Dentro do razoável, devem desenvolver-se estratégias para envolver os estudantes em atividades de apoio à investigação, que possam significar envolvimento com a unidade de investigação da instituição e com os professores orientadores das dissertações. Deve ser levada a cabo a monitorização destas atividades.

6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

Perguntas 6.1. a 6.5.

6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com

revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Sim

6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias nacionais e internacionais:

Em parte

6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

6.6.1. Apreciação global

Dos 44 itens da lista de publicações, 9 estão indexados na SCOPUS e 1 na WOS. Outros elementos da produção são artigos publicados em revistas ou capítulos de livros editados fora do país. Do exame global desta produção é possível concluir pela existência de uma internacionalização significativa, muito embora se verifique uma tendência central para publicar em periódicos e editoras nacionais, alguns deles de implantação regional (Braga). Do exame dos temas desta produção, verifica-se que a grande maioria dos itens tem relação direta com as especializações dos ramos do ciclo de estudos (Filosofia da Religião, Estética e Teoria das Artes e Ética e Política).

6.6.2. Pontos fortes

1. Verifica-se uma internacionalização tendencial das publicações.
2. Há publicações nacionais e internacionais indexadas na SCOPUS e na WOS.
3. A quase totalidade da produção escrita é revista por pares, segundo critérios exigentes.
4. A produção escrita integra-se nos temas das especializações dos ramos do ciclo de estudos.

6.6.3. Recomendações de melhoria

1. Deve continuar-se os esforços de internacionalização das publicações, procurando os locais mais recomendados para publicar com indexação, revisão por pares e circulação internacional.
2. Dentro das possibilidades do grupo e no quadro das redes da Faculdade, deve continuar-se o trabalho já desenvolvido no sentido de aproveitar as oportunidades das redes da Companhia de Jesus e das Universidades Católicas para facilitar publicações internacionais.
3. Incrementar o número de publicações internacionais indexadas é propiciar condições para melhorias na classificação da unidade de investigação associada à Faculdade e aos cursos de 2º e 3º ciclo de Filosofia, pelo que esta aposta é também do interesse da unidade de investigação.

7. Nível de internacionalização

Perguntas 7.1. a 7.3.

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Não

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

7.4. Apreciação global do nível de internacionalização

7.4.1. Apreciação global

Os dados sobre internacionalização disponíveis indicam a existência de mobilidade docente no quadro das redes existentes na faculdade e nula mobilidade discente no ano a que se reporta o relatório de autoavaliação. A direção de curso indica mesmo que não houve alunos estrangeiros inscritos no ano de referência. Não há detalhes quanto ao que significa a mobilidade docente em número de deslocações “outgoing” e “incoming” e respetivos destinos. A ser como se diz, há uma conjuntura desfavorável nas redes internacionais de mobilidade estudantil, que deve ser contrariada.

7.4.2. Pontos fortes

O curso está sediado numa faculdade com uma tradição de vasto intercâmbio internacional e com redes próprias consolidadas, particularmente no grupo das Universidades Católicas e da Companhia de Jesus.

7.4.3. Recomendações de melhoria

1. Os responsáveis na faculdade pela mobilidade ERASMUS+ e pelas relações internacionais devem envidar esforços no sentido de divulgar a oferta formativa deste ciclo de estudos fora do país.
2. As oportunidades resultantes da existência de redes internacionais na faculdade deverão ser bem aproveitadas para gerar formas mais dinâmicas de cooperação, por exemplo com recurso a um formato de curso com dupla titulação.

8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade

Perguntas 8.1 a 8.6

8.1. Sistema interno de garantia da qualidade

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

8.2. Mecanismos de garantia da qualidade

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

8.4. Avaliação do pessoal docente

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.5. Avaliação do pessoal não-docente

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

8.6. Outras vias de avaliação

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Não

8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)

N/A

8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade

8.7.1. Apreciação global

A Faculdade em que o curso funciona possui um Manual de Qualidade em que estão identificados e descritos os mecanismos de auto-observação e controlo da qualidade. Estão definidos órgãos responsáveis pelo controlo da qualidade como o Conselho da Qualidade, a Comissão da Qualidade e ainda a Comissão da Qualidade da Unidade Básica vocacionados para aplicar e supervisionar melhorias nos ciclos de avaliação e planeamento.

O ciclo de estudos possui uma direção de curso que produz os relatórios de autoavaliação e os relatórios anuais, em conformidade com o exigido pela A3ES.

8.7.2. Pontos fortes

1. A estrutura de governação descrita no “Manual de Qualidade” é adequada para desenvolver e observar a implementação do “Plano Estratégico” da instituição nos respetivos ciclos de avaliação e planeamento.
2. A existência de um Vice-Reitor do Sistema da Qualidade garante o comprometimento da instituição ao mais alto nível.
3. O ciclo de estudos tem uma direção própria articulada com esse sistema de qualidade.

8.7.3. Recomendações de melhoria

N/A

9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria

9.1. Evolução desde a avaliação anterior

1. A direção de curso faz várias observações sobre o impacto da reestruturação curricular ocorrida, que implicou a introdução de 3 ramos, na evolução da procura e na dinâmica interna dos estudantes e da lecionação, indicando ter sido notada alguma fragmentação no grupo dos inscritos, já de raiz em número muito reduzido (ver 8.1.2. alínea 3 do relatório de autoavaliação). A introdução da especialização em “Estética e Teoria das Artes” parece não ter produzido os efeitos esperados, tendo sido referido no relatório de autoavaliação, em duas ocasiões, a ausência, até agora, de diplomados

neste ramo.

2. Estima o mesmo relatório, no ponto 8.1.2. alínea 6., a fraca internacionalização dos estudantes, corroborando o que se disse, aqui, na alínea 7.4.1.. Adicionalmente, confirma-se, em 8.1.2. alínea 1., a dificuldade da instituição em “planear e implementar uma estratégia eficaz de captação de alunos”.

3. A localização do curso pode ter uma influência negativa sobre as motivações dos estudantes no sentido da procura, segundo se diz em 8.1.4. alínea 3., embora esta afirmação seja limitada, no seu alcance, pelo que se considera em 8.1.3., alínea 9. Tendo também em conta o formato b-learning acredita-se que a localização possa ter um significado neutro no comportamento da procura.

4. É consensual a afirmação de que o valor da propina tem um peso muito considerável na evolução da procura. A fixação dos valores financeiros não é da responsabilidade direta da direção de curso, embora tenha todo o interesse o alerta para este constrangimento como se faz no ponto 8.1.4, alínea 5.

5. Relativamente ao corpo docente, é importante defender o rejuvenescimento, novas contratações e mobilidade ascendente nas categorias, tanto mais quanto isso se vai refletir na quantidade e qualidade global das publicações deste grupo de docentes.

6. É reconhecida, no mesmo relatório de autoavaliação que tem vindo a ser citado, a insuficiente internacionalização das publicações em periódicos e/ou edições indexadas e declarado o empenho em melhorar a situação (8.1.2., alínea 5).

9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

1. As propostas de melhorias do relatório de autoavaliação são apropriadas, mas algumas delas eventualmente insuficientes ou, então, pouco claras. Veja-se, nomeadamente, as propostas de melhoria relativas ao sucesso académico dos estudantes no 2º ano do curso, tal como constam em 8.2.1.. Pode ser exagerada a atribuição de um tutor por aluno, não obstante o facto de o curso ter sistematicamente muito poucos alunos. Não se entende bem o que se pretende na alínea 8.2.1, alínea 4. Quer dizer que os docentes deste ciclo de estudos não são todos potenciais orientadores de dissertações? É desejável que todos os docentes que efetivamente atuam na docência das diferentes unidades curriculares estejam no grupo dos potenciais orientadores, sem restrições. Considera-se que as propostas apresentadas, neste relatório, em 5.3.3., são mais claras e permitem enfrentar melhor os problemas decorrentes das desmotivações dos estudantes ao longo do 2º ano da frequência do curso.

2. Considera-se apropriada a abertura de concursos para 3 professores auxiliares e 1 associado, à luz do que é dito em 8.2.1., nas ações de melhoria, do relatório de autoavaliação.

3. O incremento no número de publicações indexadas é desejável, à luz de 8.2.1. (ações de melhoria), embora a expectativa de duplicação dos valores atuais possa refletir já o antecipado rejuvenescimento do corpo docente.

4. É considerado apropriado o envolvimento dos Gabinetes de Comunicação e Relações Externas e Internacionais da UCP de Braga na divulgação externa do curso, mas não apenas nos PALOP e no Brasil, lembrando o significado da diáspora portuguesa na Europa e no resto do mundo em que não se fala a língua portuguesa.

10. Reestruturação curricular (se aplicável)

10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

N/A

11. Observações finais

11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

A CAE tomou conhecimento da pronúncia da IES e mantém a sua posição e decisão. Não foram avançados pela IES dados ou argumentos anteriormente desconhecidos ou não considerados acerca do CE. Embora reconhecemos o compromisso da instituição na implementação das recomendações da CAE, a classificação da U I&D associada ao CE continua a ser o maior problema a enfrentar.

11.2. Observações

<sem resposta>

11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

12. Conclusões

12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

A filosofia tem uma longa e importante tradição na Universidade Católica, e sobretudo na Faculdade de Filosofia de Braga (atual FFCS). A importância da filosofia como área, e como origem de toda a Universidade Católica, é plenamente reconhecida pela instituição, nomeadamente na declaração da sua missão. Isso não significa que todos os programas de pós-graduação em Filosofia da UCP sejam hoje plenamente bem-sucedidos. Ainda assim, o facto de a Universidade Católica Portuguesa pertencer a uma vasta e sólida rede de universidades católicas espalhadas pelo mundo, posiciona-a muito favoravelmente para enfrentar todos os desafios e para promover naturalmente a internacionalização no que diz respeito ao ensino e à investigação ao nível da pós-graduação (Mestrado e Doutoramento). Esta situação deve ser melhor explorada. Esta é uma sugestão geral. A seguir, o CAE identifica alguns aspectos positivos e menos positivos da situação atual no que diz respeito ao Mestrado.

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que a autoavaliação do CE antecipa todas as críticas que a Comissão possa ter. O diagnóstico do atual plano curricular é certo: existe uma dispersão dos alunos do CE e um baixo número de diplomados nos ramos existentes (ou mesmo ausência de diplomados). A solução proposta (eliminação dos ramos, reestruturação curricular introduzindo disciplinas obrigatórias, que procuram aprofundar temas contemporâneos em áreas fundamentais da filosofia, com enfoque na antropologia filosófica) é perfeitamente adequada. Esta Comissão pode apenas concordar.

Isso deve lidar com alguns dos problemas existentes. Mas há outros problemas, sobretudo relativos a propinas, que tornam difícil que este Programa da Universidade Católica concorra com os mestrados oferecidos por universidades públicas na mesma área geográfica (nomeadamente pela Universidade do Minho, em Braga). Os alunos existentes estão bastante satisfeitos com a forma como o Programa funciona atualmente. Talvez propinas mais baixas pudessem atrair ainda mais alunos para um programa que se apresenta como um sistema de tutoria muito personalizado, envolvendo unidades curriculares consideradas muito apelativas e ótimos recursos de apoio à investigação (biblioteca, recursos eletrónicos).

Uma última coisa deve ser dita sobre a ligação do Programa com a investigação. Ainda que não seja tão determinante como no Programa de Doutoramento (e, na verdade, os alunos não percebem a situação desta maneira) existe uma falta de ligação entre as atividades deste Mestrado e a investigação em curso no Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos. Este é um ponto principal que deve ser melhorado.

12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

3

12.4. Condições:

Atingir um maior número de alunos matriculados no Programa (sugerimos uma meta de 5 a 8 no primeiro ano e depois de 7 a 10, por ano). Este deve ser encarado como um objetivo geral e não deve excluir a possibilidade de determinadas unidades curriculares funcionarem com menor número de alunos.F

Fazer com que os alunos tenham uma ligação mais próxima com os investigadores que trabalham no CEFH, uma vez tendo o Centro começado a atrair mais investigadores em concursos nacionais e internacionais. Isso beneficiaria este programa e ajudaria os alunos a escolher os tópicos para suas dissertações e a desenvolvê-los.

Aumentar o nível de publicações e projetos na Unidade de Investigação

Promover o acesso dos alunos a congressos internacionais no CEFH, de modo a não restringir a percepção da filosofia ao campo ao trabalho dos professores do CE, por melhor que este seja.

Potencializar a mobilidade internacional de docentes e estudantes, explorando a rede internacional de Universidades Católicas.